



Trincheira anti-Milei. Membros de organizações sociais protestam contra o pacote legislativo do presidente diante do Congresso em Buenos Aires; para os analistas, ele teve uma vitória importante

Milei faz concessões e aprova projeto de reformas na Câmara

O projeto de Lei Bases, que ainda vai ao Senado, teve sinal verde dos deputados com 142 votos a favor, 106 contra e 5 abstenções

JANAIÑA FIGUEROA
jnanai@globo.com.br

Depois de 21 horas de debate, os deputados argentinos finalmente aprovaram na madrugada de ontem a versão geral do chamado projeto de Lei Bases — falta a discussão capítulo por capítulo de cada lei — concedendo ao presidente Javier Milei uma vitória legislativa importante, em momentos de tensão política no país. Com entre 45% e 48% de aprovação, segundo pesquisas recentes, Milei mantém uma base social de apoio expressiva, mas seu governo, que tem bancadas minoritárias na Câmara no Senado, continua despertando dúvidas entre investidores, organismos e serviços internacionais em matéria de governabilidade. A aprovação da Lei Bases e de um pacote de medidas fiscais na Câmara foi, na visão de analistas, uma sinalização positiva em matéria de previsibilidade.

Milei e a capacidade da sociedade de tolerar o ajuste. A vitória na Câmara vai acalmar a primeira delas — afirma Ignaci Labaqui, consultor e professor da Universidade Católica Argentina (UCA).

'TESTE POLÍTICO'

O projeto de Lei Bases sofreu modificações em meio à necessidade da Casa Rosada de fazer concessões a aliados circunstanciais para ter sucesso na Câmara — o governo depende do apoio da cha-

mada "oposição dialoguista". Na votação — por 142 votos a favor, 106 contra e 5 abstenções — Milei contou com o apoio de deputados do PRO, partido presidido pelo ex-presidente Mauricio Macri (2015-2019), de dissidentes do peronismo e da bancada minoritária de seu partido. A Liberdade Avanza, em pleno processo de consolidação. Foi essencial o respaldo de governadores, que, apesar da relação tensa com Milei, acabaram pedindo a seus congres-

sistas que votassem a favor. Após a aprovação do projeto, os deputados realizaram as discussões sobre cada capítulo da Lei Bases para definir, entre outras, questões da reforma trabalhista como os mecanismos para calcular o pagamento de indenizações, relações com os sindicatos e período de experiência antes da contratação. Muitos se perguntaram por que os sindicatos, por trás de duas greves gerais desde que Milei assumiu em dezembro, não saíram às

ruas para protestar, e a resposta, diz Labaqui, é simples: — Milei negociou com os sindicatos, que conseguiram manter alguns privilégios, entre eles o pagamento de contribuições por parte de trabalhadores com carteira assinada. O governo queria que isso fosse voluntário, mas cedeu para evitar conflitos.

Para o analista argentino, a reforma trabalhista de Milei "é moderada". — O governo precisava superar este teste político e conseguiu. Agora falta o Senado — frisa Labaqui.

Alguns pontos da Lei de Bases são considerados mais sensíveis, entre eles o que se refere à situação dos aposentados, um dos setores mais castigados pela recessão econômica. O projeto prevê o fim da possibilidade de aposentadoria sem ter ao menos 30 anos de contribuições previdenciárias — no país, apenas 10% das mulheres cumprem a condição para receber uma aposentadoria plena. A partir de agora, quem não tiver os 30 anos re-

ceberá um montante menor.

— Em fevereiro, o governo foi derrotado na votação artigo por artigo, por isso, desta vez, optou por votar capítulos. A margem de erro é bem menor — explicou Carlos Fara, diretor da Fara e Asociados.

Os deputados, acrescentou, poderiam fazer alterações, mas "é pouco provável que a lei seja derrubada, como ocorreu com a Lei Ônibus".

— O projeto foi bastante desidratado para reduzir a margem de erro. Mas, ao mesmo tempo, foram incluídos temas novos, como a legalização de capitais que estão fora do país. Milei cedeu, mas também ganhou — afirma Fara.

O analista pondera, no entanto, que a votação posterior no Senado será desafiadora, e o resultado dependerá "da capacidade de articulação política do governo".

PODERES EXTRAORDINÁRIOS

O projeto de Lei Bases prevê reformas em questões trabalhistas, privatizações de empresas públicas — menos do que pretendia o governo quando assumiu — e concessão de poderes extraordinários para o presidente, que finalmente serão muito menos abrangentes do que pretendia o chefe de Estado, entre outras iniciativas.

A Casa Rosada conseguiu aprovar a declaração de emergência pública em matéria administrativa, econômica, financeira e energética pelo período de um ano. O presidente, no entanto, pretendia ter amplos poderes em mais de 10 áreas do governo.

Em paralelo, o Executivo acompanhou com entusiasmo a votação do Pacote Fiscal enviado ao Parlamento, também considerado essencial por Milei para implementar seu programa de governo.

— Milei precisava deste triunfo porque, embora a crise não seja uma responsabilidade e tenha a ver com o desastre dos governos anteriores, chegará uma hora em que não poderá mais culpar o passado por tudo — concluiu Labaqui.

Juiz multa Trump por desprestigiar ordem de silêncio

Magistrado ameaça virtual candidato republicano com prisão se ele voltar a transgredir determinação da corte, o que já fez 11 vezes

OLIVIERO

O ex-presidente dos EUA Donald Trump foi multado em US\$ 9 mil (R\$ 46 mil) ontem por ter violado uma ordem de silêncio. A determinação visava proibir que o magnata atacasse testemunhas, promotores, jurados e funcionários da corte envolvidos em seu caso criminal por suposta fraude contábil. O virtual can-

didato republicano foi acusado de desprestigiar a ordem 11 vezes. Ao aplicar a multa, o juiz Juan Merchan afirmou que Trump poderia ser preso se voltar a descumprir a medida.

"O réu é advertido de que o tribunal não tolerará violações intencionais de suas ordens legais e que, se necessário e apropriado de acordo com as circunstâncias, imporei uma punição de encarceramento", escreveu Merchan, admitindo que a multa pode não ser suficiente para que Trump deixe de violar a ordem de silêncio.

Em 15 de abril, a Promotoria pediu uma multa de US\$ 3 mil (R\$ 15,4 mil) pelas palavras utilizadas contra o ex-advogado do republicano Mitchell Cohen — na ocasião, Trump os chamou de "safados" em publicação das redes sociais.

Depois, a Promotoria denunciou que o bilionário fez outras sete postagens em sua rede social. Numa delas, endossou as declarações de Jesse Watters, comentarista do canal conservador Fox News, que alegou, sem provas, que "ativistas progressistas infiltrados que mentem ao juiz" eram selecionados para compor o júri que definiria a sentença. No dia seguinte, uma candidatura desis-

tiu por medo de ser reconhecida. Para evitar intimidações e assédio, o juiz decretou o anonimato dos 12 integrantes do júri e dos seis suplentes.

Trump tacha as restrições de injustas, afirmando que são um ataque contra sua liberdade de campanha eleitoral. Em sua rede social, ele escreveu dias antes da determinação da multa: "Se este local partidário [o juiz Juan Merchan] qui-

ser me prender por dizer a verdade aberta e óbvia, terei prazer em me tornar um Nelson Mandela dos dias modernos. Será uma grande honra".

O caso tem como pano de fundo os esforços de Trump para encobrir um escândalo sexual: na véspera das eleições de 2016, que venceu, ele teria subornado Danielis para que não revelasse uma relação extracônjugal de uma década antes. Uma condenação pode levar a até quatro anos de prisão.

Segundo a Promotoria, o republicano fez várias fraudes contábeis para mascarar o pagamento de US\$ 130 mil à atriz em troca do seu silêncio.

Irã: manifestante de 16 anos foi abusada e morta por agentes

Caso está em documento da Guarda Revolucionária a que a BBC teve acesso

LORENZO

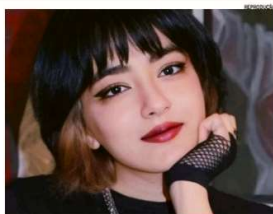
Um documento escrito por forças de segurança do Irã, vazado e posteriormente desclassificado pela rede de notícias BBC, revelou que a adolescente Nika Shikarami, encontrada morta em Teerã com várias escoriações em setembro de 2022, teria sido abusada sexualmente e morta por três funcionários da Guarda Revolucionária, força de elite. A adolescente de 16 anos des-

pareceu nas manifestações pela morte de Mahsa Amini, detida por usar o véu de maneira "inapropriada" e morta sob custódia policial, também em setembro daquele ano.

CORPO DEIXADO EM ESTRADA

O arquivo, marcado como "altamente confidencial" e direcionado ao comandante da Guarda Revolucionária, resume uma audiência sobre o caso, realizada pelas forças policiais e inclui os supostos nomes dos agressores e comandantes que tentaram omitir o caso. Na época, as autoridades, após conduzi-la a uma investigação, afirmaram que Nika teria se atirado do alto de um prédio, versão questionada pela mãe da adolescente.

De acordo com o relatório, a adolescente estaria sendo vigiada enquanto participava dos protestos que fervilhavam na capital iraniana. No dia de seu desaparecimento, 20 de setembro, Nika foi filmada



Assassinada. Estado afirmou que Nika teria se atirado do alto de um prédio próximo ao centro de Teerã, em cima de um contêiner atado fogo a véus, enquanto manifestantes ao redor gritavam "morte ao tirador", em referência ao líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei. A adolescente foi presa e colocada no compartimento traseiro de uma van, com três

membros da equipe de repressão. Segundo o relatório divulgado pela BBC, após duas tentativas de levá-la a centros de detenção já lotados, ela foi conduzida à Prisão de Evin, em Teerã. No caminho, Nika foi agredida sexualmente e, ao resistir, foi morta. O chefe da equipe foi orientado por um superior a se desvencilhar do corpo, que foi deixado num local sob uma rodovia em Teerã. A rede britânica entrou em contato com a Guarda Revolucionária e o governo iraniano, sem retorno. Os três homens responsáveis pela morte de Nika não teriam sido punidos. Dados da missão de investigação da ONU citados pela BBC mostram que 551 manifestantes foram mortos pelas forças de segurança em protestos.